

O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero

The meaning of motherhood in the construction of female: a bioethical critic to gender inequality

Dora Porto*

Resumo:

Este trabalho analisa a maternidade, considerando o processo histórico, as tensões da divisão de poder entre os sexos e o valor dos papéis de cada gênero. A análise do processo histórico de construção das moralidades passa pela compreensão do significado dessas representações coletivas, do arcabouço simbólico que condiciona o comportamento social. O recorte de gênero, espelha a diferença na forma como homens e mulheres são percebidos em nossa sociedade, fundamentando os valores atribuídos à maternidade e paternidade, que perpetuam as desigualdades entre os sexos que ainda impera nas sociedades atuais. Refletir sobre tais diferenças é essencial para transformar os padrões que orientam as moralidades tradicionais e oprimem a parcela feminina da população. A bioética, especialmente na América Latina, precisa encarar o desafio de aprofundar tal discussão visando consolidar marcos autóctones para as indispensáveis mudanças no status social de mulheres e homens em nosso continente.

Palavras chave: Bioética, maternidade, medicalização, desigualdade, gênero.

Resumen:

Este estudio examina la maternidad, teniendo en cuenta el proceso histórico, las tensiones de la división del poder entre los sexos y el valor de los roles de cada género. El análisis del proceso histórico de construcción de la moral comprende el significado de estas representaciones colectivas, el marco simbólico que condiciona el comportamiento social. El perfil de género, refleja la diferencia en cómo hombres y mujeres se perciben en nuestras sociedades; los valores atribuidos a la maternidad y la paternidad, que perpetúan las desigualdades de género que aún imperan en las sociedades contemporáneas. Reflexionar sobre estas diferencias es esencial para transformar los padrones morales que guían el moral tradicional y oprimen a la parte femenina de la población. La Bioética, en especial en Latinoamérica, debe enfrentar el desafío de profundizar esta discusión con el objetivo de consolidar los necesarios cambios en el estado social de las mujeres y los hombres en nuestro continente.

Palabras-clave: Bioética, maternidad, medicalización, desigualdad, género.

Abstract:

This study examines motherhood, considering the historical process, the strains of the division of power between the sexes and the value of the roles of each gender. The analysis of the historical process of construction of moralities is through the understanding of the meaning of these collective representations, the symbolic framework that affects social behavior. The gender profile, reflects the difference in how men and women are perceived in our society, the values ascribed to motherhood and fatherhood, that perpetuate gender inequalities that still reigns in contemporary societies. Reflecting on these differences is essential to transform the patterns that guide traditional moralities and oppress the female population. Bioethics, especially in Latin America, must face the challenge of deepening that discussion to consolidate the native frames which are necessary to obtain deeply needed changes in social status of men and women in our continent.

Key words: Bioethics, motherhood, medicalization, inequality, gender.

* Dora Porto é antropóloga, especialista em Bioética e doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB). É assessora da presidência do Conselho Federal de Medicina brasileiro, desempenhando a função de editora executiva da Revista Bioética. Integra o Comité Directivo de la Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética da Unesco, Brasília, Brasil. doraporto@gmail.com

Enquanto os homens exercem seus podres poderes

As atividades ligadas à manutenção do corpo e à continuidade da vida são fontes primárias de geração de símbolos e interpretações (Malinowski, 1962). Essenciais ao indivíduo e ao grupo, a regulação do comportamento em cada uma dessas atividades é a base da construção do sistema simbólico que valoriza as ações sociais e condiciona a práxis coletiva. A forma como são realizadas é socialmente regulada: o comportamento do indivíduo decorre de um acordo tácito e coletivo, um pacto social que estabelece as regras para as inter-relações e confere poder (Rousseau, 1980).

A distribuição do poder, em padrões simétricos ou assimétricos, determina a configuração da estrutura social. Para os humanos, a simetria na distribuição do poder entre os componentes de um grupo social tem sido fato bastante raro. Grande parte das vezes, a igualdade ou as diferenças entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma sociedade são valoradas assimetricamente, passando a estabelecer padrões de dominação expressos pela possibilidade, ou impossibilidade, de escolher o próprio comportamento e determinar o do outro. Na verdade a assimetria em graus diversos tem orientado o padrão de comportamento predominante nas sociedades humanas.

A assimetria nas relações está associada à percepção e à hierarquização da diferença. Talvez o principal padrão de construção da assimetria, tanto por sua antiguidade quanto pela universalidade, seja o que se estabelece entre os sexos. A interpretação do dimorfismo, como uma diferença de poder entre machos e fêmeas, originou diferenças no *status* e comportamento de homens e mulheres em todo o mundo. Como decorrência, a discriminação de gênero é o instrumento de dominação mais representativo e consolidado na história humana:

“Em todos os lugares vemos a mulher ser excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas; seus papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos homens. Pode-se dizer, então, que em todas as sociedades contemporâneas, de alguma forma, há o domínio masculino, e embora em graus de expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos, hoje em dia, é fato universal na vida social” (Rosaldo & Lamphere 1979:19).

A reprodução social destes comportamentos naturaliza a assimetria instaurando a regra: o reconhecimento da legitimidade social da ação. Tanto quanto os dogmas religiosos, o Direito, ferramenta hegemônica de legitimação da dominação desde a consolidação dos estados nacionais, foi criado sobre esta interpretação. Ele legaliza a dominação de um sexo pelo outro. A forma como as moralidades condicionam as atividades sexual e reprodutiva, vem gerando a História, determinando dogmas e leis que orientam as inter-relações da vida social (Teixeira, 1995; Perelman, 1996).

A idéia de maternidade, tal como hoje é concebida em nosso contexto social, reflete a assimetria instaurada entre os sexos. O molde que conforma essa idéia é uma construção que entrelaça os valores atribuídos à sexualidade e a reprodução (Vecchio, 1990). A compreensão do significado do papel de mãe em nossa cultura passa por esses dois fios condutores que tecem o imaginário e definem a moralidade e ética da maternidade. Construída na dimensão simbólica como fato biológico, e interpretada como decorrência natural do ato sexual e da gravidez, a idéia de maternidade reflete as mesmas crenças que orientam as relações de gênero e os valores atribuídos a cada sexo.

A regulamentação da reprodução humana vem sendo o principal foco dos códigos de conduta, religiosos ou laicos, ao longo da história. As diferentes éticas que orientam a construção desses

códigos são perpassadas pela preocupação de definir e normatizar o direito à sexualidade e à procriação a partir das relações econômicas, políticas e afetivas que orientam os laços de parentesco e organizam a vida social:

“Ora, a vida sexual é duplamente exterior ao grupo. Exprime no mais alto grau a natureza animal do homem, e atesta, no próprio seio da humanidade, a sobrevivência mais característica dos instintos. Em segundo lugar, seus fins são transcendentes, novamente de duas maneiras, pois visam a satisfazer ou desejos individuais, que se sabe suficientemente constarem entre os menos respeitáveis das convenções sociais, ou tendências específicas que ultrapassam igualmente, embora em outro sentido, os fins próprios da sociedade. Notemos, entretanto, que se a regulamentação das relações entre os sexos constitui uma invasão da cultura no interior da natureza, por outro lado, a vida sexual é, no íntimo da natureza, um prenúncio da vida social, porque, dentre todos os instintos, o instinto sexual é o único que para se definir tem necessidade do estímulo de outrem” (Lévi-Strauss, 1976: 50).

As normas de conduta, construídas a partir da liberação ou da interdição ao desejo sexual, exprimem o nível mais básico e íntimo da estrutura social. O exercício da sexualidade conduz à reprodução biológica e esta permite a reprodução social. Esses níveis a partir dos quais a realidade é interpretada não estão dissociados na percepção individual. Eles se mesclam, a partir da percepção sensorial, e se confundem, na valoração emocional, produzindo os símbolos e valores que individual e coletivamente atribuímos à realidade e reproduzimos na vida social.

As diferenças simbólicas observadas nos modelos que procuram descrever cada um desses níveis de interpretação devem-se aos graus de proximidade física vivenciados bem como às sensações e emoções despertadas no contato interpessoal (Darwin, 2000) em cada um desses

patamares de inter-relação e não a uma real dissociação entre eles. Vivida como instrumento da cultura, a sexualidade transcende o próprio sexo, sentido como desejo da natureza. A sexualidade é o dispositivo (Foucault, 1982) que transporta o sexo do plano individual para o social. Ocorre que a existência destes diferentes níveis de interpretação, algumas vezes aumenta a dificuldade de compreendermos sua interdependência. Que as normas que organizam o imaginário da sexualidade, a conduta sexual, a reprodução biológica e social, projetam-se diretamente na/da estrutura. São diferentes planos de ação e expressão individual, profundamente ligados, originados da mesma matriz sensorial. Socialmente moldados a partir da mesma base (a interpretação cultural da percepção sensorial), que estipula o valor e comportamento de cada sexo, apresentam rupturas e descontinuidades, pois operam em níveis diferentes da percepção e interpretação da realidade.

Nesse sentido, a reflexão bioética acerca das moralidades que condicionam os comportamentos sociais relativos à vivência da sexualidade e à maternidade pode contribuir para a resignificação dos papéis que mulheres e homens vivenciam nas sociedades atuais, nas quais a subordinação feminina pelo controle da sexualidade bem como pelas responsabilidades atribuídas à maternidade ainda se configuram aspectos por meio dos quais se reproduz a desigualdade de status e poder entre os sexos. Tal assimetria condiciona os papéis femininos e a vulnerabilidade das mulheres nos diferentes contextos socioculturais latinoamericanos, dificultando (ou impedindo) que a justiça social seja acessível também para mulheres. Esse tipo de reflexão bioética revela sua importância quando se considera a recomendação do art. 10 da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, que assevera que “a igualdade fundamental de todos os seres humanos em dignidade e em direitos deve ser respeitada para que eles sejam tratados de forma justa e equitativa” (UNESCO, 2005).

Representações do corpo e do sexo

Relacionada a todas as demais atividades da vida social, a reprodução biológica tem sido alvo da mais intensa rede de associações simbólico/valorativas. A atividade sexual tem característica única em relação às demais atividades sociais, que decorre da distância social necessária ao ato (Hall, 1973): o contato corporal íntimo.

O poder do sexo, como meio de expressão e troca entre indivíduos, fundamenta-se na construção de símbolos e na produção de significados. As normas de conduta construídas a partir do desejo sexual são inscritas nos corpos, regulando o comportamento de mulheres e homens, condicionando o olhar e o gesto (Foucault, Op. cit). Essa ambiguidade da função sexual, sentida como desejo da natureza e vivida como instrumento da cultura, aumenta a dificuldade de dissociar os níveis da percepção. O amálgama entre esses diferentes níveis, presentes na vida sexual, torna os valores sociais que lhe são atribuídos uma crença profunda e intensamente introjetada.

A visão de mundo construída em relação à sexualidade é profundamente marcada pela idéia da corporalidade, tal como configurada pelo paradigma biomédico. A percepção cartesiana do corpo, percebido como um conjunto de sistemas, com funções específicas e espacialmente definidas, contribui para que os valores dos papéis sexuais sejam transpostos para a atividade reprodutiva. Mesmo nos casos em que a corporalidade é interpretada de maneira diferente, não associada às categorias oriundas da biologia – como a noção de sistemas –, a percepção das partes do corpo e sua localização espacial está associada à funcionalidade. Assim, tanto em relação à sexualidade quanto em relação à reprodução as representações sociais resumem a pessoa à função biológica projetada em seu corpo, que é visto como máquina, construída de partes isoladas que trabalham autônoma e mecanicamente.

Se os mesmos moldes conformam a construção de modelos de comportamento em relação à sexualidade e ao nascimento, o imaginário que mol-

da estes modelos desenha a gravidez como o sinal do desejo sexual do homem. Um desejo que adere ao corpo feminino e o marca ¹. As transformações que a gravidez traz ao corpo da mulher projetam esse desejo no plano das relações sociais. O ventre que se dilata o informa ao mundo. O ser que está sendo gerado é percebido como o fruto do desejo masculino.

Esse modelo de estrutura social, orientado pela competição entre homens, confere unicamente a este a posição de sujeito das inter-relações sociais e institui a dependência das mulheres. Em virtude disso a identidade social feminina é construída a partir de sua relação com um homem. A mulher é vista como um adereço que confere *status* ao homem frente aos demais. Estabelece-se então uma relação de troca: ao escolher uma mulher o homem legitima sua identidade e avalia sua situação moral e esta, por sua vez, reflete e valora o lugar de fala daquele homem na teia das inter-relações com os outros homens em virtude dos predicados que acumula, do conjunto de características que a tornam desejável, que a aproximam ou distanciam do modelo ideal vigente, tanto em termos físicos quanto sociais, morais e econômicos.

A identidade do não-nascido também é avaliada por esta relação. A gravidez consubstancia o desejo masculino, reafirmando física e inequivocamente a posição social da mulher por conferir-lhe o *status* de objeto do desejo masculino. Ela é a “propriedade” que foi “possuída”. Na maior parte das sociedades atuais ainda é o desejo masculino que particulariza, qualifica e identifica a mulher.

1 As fases que marcam a vida feminina ainda são percebidas em nosso contexto social como condicionadas pelos órgãos sexuais. Passa-se de criança à “mocinha” pelo advento da menarca. As relações sexuais definem a diferença entre a “moça” e a “mulher” e a ausência da menstruação transforma a “mulher” em “velha”. Essa construção social mostra que a interpretação do que sejam as fases da vida das mulheres está calcada nos órgãos sexuais. A principal delas, que define a idade adulta, é construída pelo contato sexual, isto é, é “produzida” pelo homem. O ato sexual é delimitado pela ereção do pênis e o contato com o homem caracteriza o que é “ser uma mulher”. Entrar no corpo feminino, para o bem ou para o mal, é interpretado como uma marca indelével do poder masculino.

Como os signos que configuram a feminilidade relacionam-se à possibilidade de vivenciar e expressar emoções, ser desejada passa a ser um valor supremo, uma distinção que constrói a identidade social da mulher a partir do desejo sexual que desperta no homem: ela é porque ele assim o determina.

Outro aspecto que contribui para a associação entre os valores atribuídos à sexualidade e à gravidez diz respeito ao tipo de contato corporal. Tanto o ato sexual quanto o contato entre mãe e filho são marcados pela distância social íntima (Hall, Op. cit.). No sexo e na gestação o homem e o bebê estão dentro do corpo feminino. A presença do homem, no ato sexual, ensina a possibilidade de produzir a criança. O nascimento da criança permite a reprodução social do homem, por meio da família e da continuidade de seu nome. Talvez seja essa simbiose no plano simbólico que confira ao não-nascido a identidade que lhe é atribuída: de representante da Humanidade. Talvez se esconda aí a moralidade que condena o aborto e o direito da mulher a decidir sobre o próprio corpo.

Assim, parir é dar à luz o filho do Homem. O papel de mãe e as idéias em torno da maternidade partem dessas associações. A mulher é o receptáculo da “semente” masculina, em uma metáfora direta com a terra. É interessante notar que no que se refere ao nascimento, há uma inversão dos papéis masculinos e femininos. Embora a mulher dê à luz, a importância da filiação é atribuída ao pai. A expressão “filho da mãe”, que é usada para ofender alguém na sociedade brasileira, foi cunhada a partir dessa idéia. O fato da maternidade ser inequívoca não basta para conferir *status* à prole. Ao contrário, é o reconhecimento paterno que dignifica e legitima socialmente a descendência. É o nome do pai que é importante carregar. Por outro lado, Forna aponta para o fato de que para o senso comum “ser pai significa apenas gerar, um ato de procriação, mas ser mãe significa cuidar, criar, alimentar, acalantar e proteger” (Forna, 1999: 27). A grande diferença entre os valores simbólicos e funcionais atribuídos aos dois papéis reafirma a misoginia social, a importância imputada a cada sexo, o que aponta, mais uma vez, a necessidade premente de discutir a moralidade que orienta a construção desses valores para eliminar a vulne-

rabilidade feminina decorrente de tais aspectos bem como promover a igualdade fundamental entre mulheres e homens em termos de acesso à dignidade inerente aos direitos humanos.

Portanto pensar a maternidade, as estratégias sociais que valoram comportamentos e validam políticas e técnicas de reprodução humana, passa, necessariamente, pela análise da forma como é partilhado o poder entre os sexos. O simbolismo que confere sentido ao sexo e à reprodução e delinea o comportamento revela a assimetria sexista. Sobre essa desigualdade são construídas as relações sociais que alimentam a hegemonia, acentuam a concentração de poder e permitem a parcialidade nas decisões relativas à implementação de técnicas reprodutivas. Cabe, portanto, à bioética social dar visibilidade a tais distorções em busca de dinâmicas sociais mais equitativas e justas.

Fragmentos da história e das representações da desigualdade entre os sexos

A naturalização da assimetria de poder entre os sexos, a ênfase das regras de conduta destinadas a regular a prática sexual e a reprodução estão voltadas ao ordenamento do comportamento da mulher. Como o ato sexual ocorre no interior do corpo seu corpo e sendo o sexo feminino responsável pela maior parte do processo reprodutivo, a normatização de seu comportamento revelou-se, ao longo da história, condição *sine qua non* ao florescimento do patriarcado. A reprodução social só é garantida com controle da mulher e dos “produtos” de seu corpo. As associações simbólicas que justificariam a existência deste controle são descritas por Ortner:

“Certamente tudo começa com o corpo e a função de procriação natural, específica somente às mulheres. Podemos extrair três níveis de discussão para os quais este fato absolutamente fisiológico tem importância: (1) *o corpo da mulher e suas funções*, na maior parte do tempo mais envolvidos com ‘espécies de vida’ parecem colocá-la mais

próxima à natureza em contraste com a *fisiologia* masculina que o liberta mais completamente para assumir os esquemas da cultura; (2) o corpo feminino e suas funções coloca-a em papéis sociais, que por sua vez são considerados como sendo de uma classe inferior à dos homens no processo cultural; (3) os papéis sociais tradicionais femininos, impostos por seu corpo e suas funções, lhe dão, por sua vez, uma estrutura psíquica diferente, que como sua natureza fisiológica e seus papéis sociais é vista como mais próxima da natureza” (Ortner, 1979: 102).

A desigualdade de poder entre os sexos aparece em registros arqueológicos datados de 30.000 anos atrás. Na Europa e Oriente Médio a revolução neolítica teve início à aproximadamente 10.000 e já nesse período encontramos indícios da associação simbólica entre a mulher, a maternidade e a natureza. As imagens da mãe-natureza, pacífica e receptiva, em oposição ao deus celeste, potencialmente vingativo e dominador, posteriormente incorporada na crença e no simbolismo judaico-cristão, datam deste período. Grande parte dos legisladores da Antiguidade, Moisés, Hamurabi, Confúcio, Zoroastro e Maomé produziram códigos morais cujas leis restringem sistematicamente o poder das mulheres, seja à propriedade, à sexualidade, ao conhecimento ou ao poder de decisão (Pollack, 1997). Nesse sentido é possível perceber que “civilização” significa, em grande medida, a dominação da mulher.

No mito adâmico a mulher é definida não só como parte do homem, mas, principalmente, como a contraparte negativa. Ela é o lado obscuro do homem, a parte englobada (Dumont, 1992:370) e, embora seu complemento, hierarquicamente inferior. A interpretação do mito mostra que a desobediência, a mentira, a lascívia, perfídia e a corrupção, associadas à Eva, estendem-se ao gênero feminino e escondem-se no íntimo de todas as mulheres, que carregam desde então esse estigma. Sendo a própria tentação é delas a culpa por induzir o homem ao pecado original. Por isso recai sobre elas o ônus da maternidade, que as condena a procriar de forma dolorosa: “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez; entre dores você

dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido e ele a dominará” (Gênesis 2-3:16).

Os lugares de fala de cada um dos sexos foram, assim, determinados pela “divindade” desde a criação do mundo. A perda da autonomia feminina é explicada por sua incapacidade em dirimir o que é correto, por sua “paixão”. Desenha-se também de modo subliminar sua principal característica identitária, a ausência da razão (Benhabib, 1987). A submissão ao homem, a que se vê condenada devido a essa característica, justificaria a diferença hierárquica entre eles. Enquanto o homem é condenado ao trabalho à mulher é imputada a dor, castigo que reforça a idéia de que é culpada pela perda da inocência original, por seu desejo de provar da árvore do conhecimento. Essas idéias, que fundamentam a construção da identidade feminina, ao menos nas sociedades ocidentais, misturam-se criando a associação entre o feminino e o perigo e desenhando-lhe uma “natureza” associada à idéia do mal:

“A sociedade feminina não é apenas a metade necessária e subordinada: é, também, a metade perigosa. O tema da ambivalência, constantemente incorporado às representações sobre a mulher, exprime esses dois aspectos indissociáveis; e não somente porque toda a subordinação traz em si o risco da insubordinação. A mulher se resume a ser o “outro” próximo, assim como o estrangeiro o outro distante. E ambos, em razão de sua diferença, perigosos” (Balandier, 1986:61).

O mal representado pela mulher concorria para que, historicamente, o adestramento da conduta feminina fosse marcado pela violência. Exploradas, perseguidas e queimadas vivas, foram sistematicamente banidas da esfera do poder e do conhecimento. A misoginia da caça às bruxas superou até mesmo as fronteiras religiosas tão fortemente delineadas na Europa durante o Renascimento. Em nome do deus cristão, católicos e protestantes atearam fogueiras e queimaram milhares de mulheres; e isso em uma época habitualmente considerada como marco do florescimento da cultura, tanto no campo das artes como no ressurgimento do pensamento científico. Não

por acaso que também nesse período o catolicismo edificou a imagem da Maria. Substituindo no imaginário a figura de Eva, era a mulher domada, domesticada pelos afazeres da casa e pela maternidade. Destituído de sexualidade e autonomia, este papel reafirma a ideologia do sacrifício materno por meio do qual se atingiria a salvação (Del Priore, 1995). Por ser um ato de amor incondicional o sacrifício da maternidade redime a humanidade:

“A procriação e educação da prole constituem como se viu um dos bens do casamento e um dos elementos nucleares da estabilidade do vínculo conjugal. Mas gerar filhos representa, ao mesmo tempo, para a mãe, a condenação pelo pecado de Eva, o instrumento para resgatar esse pecado e atingir a salvação (Bíblia Sagrada, Op. cit.) e a forma mais natural de auxílio que Deus dispôs em benefício do homem. Obrigação primeira da mãe em relação à prole é portanto a de pôr no mundo; “gerar filhos continuamente até a morte” constitui a alternativa real à conquista da salvação por meio da virgindade” (Vecchio, Op. cit.:163).

Maria encarna o ideal do amor materno que passa a ser associado à santidade. A construção da maternidade é baseada nas idéias de *sofrimento*, *sacrifício* e *amor*. O amor materno tornou-se uma idéia tão recorrente e naturalizada que sua ausência provoca estranhamento e desconforto. Não amar o filho torna a mulher mãe “des/naturada”. A ausência de amor contraria este modelo que desenha a natureza feminina como monogâmica e maternal. A mulher ideal deve ser santa, casta, abnegada e pronta a servir ao marido e à família. O sacrifício desenha o *locus* da fala feminina: a *mater dolorosa*.

Se a dor do parto é o castigo “natural” imposto à mulher pelo desejo de conhecer e experimentar sua sexualidade, o controle imposto pela maternidade redimirá definitivamente a maldade feminina. O modelo de mãe, amorosa e perfeita, regulado pelo sentimento de culpa, desenha a mulher como alguém capaz de qualquer sacrifício pelo bem-estar do filho e da família. Alguém que só existe pela/para a função materna. O mal-estar diante da própria inadequação ao modelo, mani-

festo pela culpa, é o principal mecanismo de controle do comportamento materno: “A culpa ficou tão associada à maternidade que é considerada um sentimento natural” (Forna, Op. cit.:21).

Especificamente em relação ao Brasil, Mary Del Priore em *Ao sul do corpo* mostra como se inscrevia no imaginário colonial a idéia do feminino. A identidade feminina estava subordinada à concepção e gestação, ao papel de mãe. A moralidade “inerente” à maternidade garantia a domesticação da mulher, circunscrevendo ao lar sua área de atuação na sociedade e a colocando-a sob a tutela direta do homem:

“O lento processo de adestramento da sexualidade feminina que acompanhou a instalação do casamento tridentino na Colônia exprimia-se culturalmente através de vários interlocutores. O discurso normativo da Igreja foi um dos mais vigorosos, sem contar que os fatos e a prática da sexualidade não falavam por si, e haviam que se expressar por intermédio de definições sociais, símbolos e explicações que emergiam deste mundo no qual se tinham constituído” (Del Priore, 1995:151,152).

A maternidade, a monogamia e o tabu da virgindade mantinham o controle da sexualidade feminina no Brasil colônia garantindo a descendência paterna e a transmissão da propriedade (Freyre, 1933). O casamento monogâmico transmitia à mulher a identidade social do homem ao qual estivesse consorciada. O caráter domesticador do papel de mãe é bastante evidente já que somente por meio dele as mulheres cumpriam sua função social.

Neste contexto, os três modelos de papéis sociais desempenhados pelas mulheres eram os de mãe, esposa e prostituta (Del Priore, 1995) sendo o último associado à transgressão da ordem social. Estes três papéis, originados na forma como eram percebidos e utilizados os órgãos sexuais, ordenavam o comportamento feminino, prescrevendo as normas da sexualidade. A rigidez com que demarcavam as formas de vivenciar a sexualidade estabelece um abismo social entre as mulheres “honestas” e “desonestas”. O adestramento da

mulher não era circunscrito ao plano das idéias, mas se evidenciava em seu comportamento, corpo e em suas emoções. Os papéis sobre os quais foi construída a identidade feminina, reforçavam-se mutuamente na construção do mito da maternidade.

Embora no século XX tenha havido modificações nas leis do país que minimizaram a assimetria nas relações entre os sexos e o modelo de comportamento feminino se alterado devido às conquistas do Feminismo, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a estrutura simbólica que organiza esses mecanismos de controle social continuou cristalizada, reproduzindo a desigualdade: “A posição social da mulher mudou, mas a forma de experimentar a afetividade continua igual” (Segatto, 2000).

O controle sobre a procriação, com o advento da pílula anticoncepcional e a consequente “libertação da sexualidade” nos anos 1960, também contribuiu com a transformação de alguns limites impostos pelos papéis tradicionais. A liberdade sexual permitiu o questionamento da virgindade e fidelidade conjugal abrindo espaço para a instituição do desquite e posteriormente do divórcio. Mas o fim da monogamia vitalícia não foi acompanhado da resignificação do papel social feminino. A mulher continuou sendo percebida como objeto na relação com o homem, não adquirindo significado social autônomo.

A reprodução social da hegemonia masculina, implicada na maternidade, fez com que se perpetuasse como a única instituição “inequivocamente” legitimadora da identidade feminina. As evidências disso podem ser observadas nos casos em que mulheres, principalmente casadas, decidem não ter filhos. Essa escolha ainda é marcada pelo estranhamento: “Nesses casos as mulheres são alertadas constantemente da passagem do tempo, o fato de que ‘são governadas por um relógio biológico’ que tornará, mais cedo ou mais tarde, inevitável esse desejo de não ter filhos. Tal desejo é encarado como anti-natural e uma série de argumentos médicos, psicológicos e morais se levantam contra ele” (Porto, 1998:66).

Apesar disso, a possibilidade de decidir quando ter filhos ou mesmo não tê-los separou na prática a associação sexo/procriação (Chatel, 1995) e deu espaço para que o prazer sexual passasse a ser reivindicado pela mulher (Muraro, 1983). Essas mudanças no comportamento feminino, somadas ao fim da monogamia vitalícia, provocaram alterações também nos modelos de maternidade e paternidade. Com a abertura do mercado de trabalho às mulheres a possibilidade de desempenhar funções fora da esfera doméstica (e de ser remunerada por isso) torna-se a cada dia uma escolha real para grande número delas. Tendo, paulatinamente, adquirido também melhor formação educacional nas décadas finais do século XX, as mulheres vêm ocupando porcentagem crescente do mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto na maior parte dos países (Muraro, 1993).

Diante de sua ausência na esfera doméstica o papel do pai também se alterou. Em alguns casos, eles passaram a desempenhar as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres, cuidando da casa e dos filhos, como atividade principal. Essa importante transformação, entretanto, tem início, grande parte das vezes, de forma circunstancial, quando o homem não consegue colocação no mercado de trabalho e a mulher sim. Deve-se ressaltar que muito embora as estatísticas brasileiras confirmem a crescente escolaridade das mulheres, para muitas delas, cujo acesso aos bancos escolares foi negado ou garantida apenas a formação básica, a entrada de outras mulheres no mercado de trabalho e sua consequente ausência da esfera doméstica acabou por fortalecer ainda mais o emprego doméstico feminino, nicho de mercado que assegura relativa estabilidade (e independência) às mulheres das classes populares, especialmente frente às flutuações no mercado empregatício a que estão submetidos os homens dessas classes (Porto, 2006).

Se a possibilidade da separação conjugal começa a dissociar as mulheres da tutela direta do homem, a quantidade crescente de mulheres chefes de família poderia estar indicando a conquista de maior autonomia. Porém, em muitos casos, o que se observa é que as atribuições e responsabilidades femininas vêm, de fato, aumentando. Re-

forçando a idéia do aumento da independência e autonomia femininas com a separação, pode-se apontar o fato das mulheres virem conquistando o direito à propriedade da moradia familiar ou, em casos menos conclusivos, a possibilidade de regular o espaço e as dinâmicas domésticas, agora não mais como a executora de uma ordem inteiramente voltada para responder às necessidades do homem. Porém, o que ainda se observa amiúde nessas circunstâncias é que na separação entre os casais o papel masculino no cuidado com a prole tem se tornado mais restrito. Longe da casa e da criança, e muitas vezes ligados a outro núcleo familiar, os pais acabam por ficar afastados das responsabilidades cotidianas em relação aos filhos. Nessa situação a responsabilidade da mãe aumenta: “Ser mulher, nos grupos populares, inclui a maternidade como condição inerente e necessária para sua completa realização como sujeito desse universo simbólico” (Paim, 1998:35).

Embora nas classes populares a manutenção da ordem doméstica seja muitas vezes partilhada entre mãe e filhos, parte significativa do trabalho e da responsabilidade ainda recai sobre a mulher. A redução da família ao grupo nuclear também contribui para o agravamento da situação. Principalmente no universo urbano, o convívio entre primos, tios e avós fica bastante prejudicado. Essas circunstâncias somadas enfatizam a responsabilidade e o sentimento de culpa maternos reforçando a vulnerabilidade feminina.

Em muitos casos essas mudanças representam uma transferência de foco em relação ao trabalho doméstico, que deixou de ser realizado para cumprir uma necessidade do homem passando a ser feito em nome das necessidades da criança. Porém se a ausência do homem na esfera doméstica representa sobrecarga, o aumento da autonomia que implica parece torná-la compensatória. A percepção da importância da autonomia vem crescendo entre as mulheres de todos os estratos sociais em nossa sociedade, mesmo que a visão romântica que envolve a idéia de casamento ainda seja tão forte (Porto, 1998). Assim, como ocorre com o trabalho remunerado, maternidade vem sendo resignificada como um valor positivo para a mulher, associado à independência em relação ao

homem. Se nas relações profissionais ela ainda disputa o espaço considerado masculino, a maternidade consubstancia-se de forma mais ampla como o único papel social exclusivamente feminino, capaz de inequivocamente conferir-lhe identidade.

Considerações finais

Se as conquistas feministas dos últimos cem anos permitiram à mulher a liberdade que, como já apontava Engels, (Engels, 1981) advém da autonomia econômica, pouco contribuíram para a efetiva mudança nas inter-relações entre os sexos. A consciência reflexa da própria individualidade, proveniente da emancipação econômica, se dilui ao ser transposta para o plano das relações pessoais, já que estas manifestam dificuldade de perceberem-se a si mesmas como um segmento.

Dadas às características da sexualidade e reprodução humana, e das interpretações socialmente construídas sobre elas, as mulheres permanecem aprisionadas a modelos de comportamento que visam apenas a manutenção do *status quo*. Por se relacionarem afetiva, sexual e socialmente com homens, formando casais nucleares, tendem a olvidar sua identidade feminina comum, suas necessidades enquanto segmento oprimido da sociedade e principalmente seus mecanismos de luta.

Associadas e subjugadas ao homem e à família constroem sua identidade a partir dos papéis de esposa e mãe. Colocando-se na posição de objetos do desejo masculino reificam os mecanismos de exclusão e dominação tornando-se algozes de si mesmas em batalhas insanas em busca de modelos estéticos ideais: o corpo ideal e a luta contra o tempo pela manutenção do padrão de beleza ideal que, acreditam, garantirá sua aceitação na esfera social e na vida amorosa (Porto, 1998).

Embora, de modo geral, as mulheres sejam hoje economicamente mais independentes do que em qualquer outra época do passado na maior parte das sociedades ocidentais, conquistando direitos

e postos de trabalho antes apenas destinados aos homens, continuam a organizar suas vidas, cotidiano doméstico e relações afetivas em torno das vontades, desejos e prioridades masculinas. Durante o processo de nascimento essa posição de dependência que socialmente se atribui à mulher fica evidenciada. Desrespeitadas, maltratadas e até machucadas durante o processo de dar à luz no meio hospitalar têm seus corpos invadidos e manipulados pela técnica de uma ciência que em nome da vida e do bem estar naturaliza sua dor e o sofrimento.

A consciência da opressão inerente aos papéis femininos, que procuramos resumir nessa análise, não é em si mesma suficiente para transformar esses modelos e proporcionar a libertação das mulheres. Acredito, porém, que é a base a partir da qual poder-se-á desconstruir as regras que determinam a opressão. Questioná-las, burlá-las e transformá-las num processo coletivo de negociação da dignidade e cidadania femininas é prerrogativa da bioética que, enquanto ética aplicada à vida social, deve propugnar pela construção da igualdade e pelo respeito às diferenças para toda a humanidade.

Recibido: 29/9/2010

Aceptado: 24/2/2011

Referências

- BALANDIER, G. 1977. Homens e Mulheres ou a Metade Perigosa. En: Antropo-lógicas, Editora Cultrix, São Paulo.
- BENHABIB, S. 1987. O Outro Generalizado E O Outro Concreto: A Controvérsia Kolberg-Gilligan E A Teoria Feminista. Mimeo.
- BÍBLIA SAGRADA. 1998. Gênesis 2-3:16; Timóteo, 2,17. Edição Pastoral/Paulus Gráfica, São Paulo, 1.629 p.
- CHATEL, M-M. 1995. Mal-Estar Na Procriação: As Mulheres e a Medicina da Reprodução. Editora Campo Matêmico, Rio de Janeiro, 143 p.
- DARWIN, C. 2000 [1872]. A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais. Companhia das Letras, São Paulo, 376 p.
- DEL PRIORI, M. 1995. Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia. José Olympio Editores, Rio de Janeiro, 358 p.
- DUMONT, L. 1992. Para uma Teoria da Hierarquia (Posfácio para a edição Tel). En: Homo Hierarchicus: O Sistema das Castas e suas Implicações. EDUSP, São Paulo, 412 p.
- ENGELS, F. 1981 [1884]. Da Barbárie à Civilização. En: A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 215 p.
- FORNA, A. 1999. Introdução. En: A Mãe de Todos os Mitos: Como a Sociedade Modela e Reprime as Mães. Ediouro Publicações, Rio de Janeiro, 316 p.
- FOUCAULT, M. 1982. Microfísica do Poder. Edições Graal, Rio de Janeiro, 295 p.
- FREYRE, G. 1933. Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. Maia & Schmidt, Rio de Janeiro, 385 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1976. Estruturas Elementares do Parentesco. Editora Vozes, Petrópolis.
- HALL, E.T. 1973. Las Distancias en el Hombre. En: La Dimensión Oculta: Enfoque Antropológico del Uso del

- Espacio. Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 180 p. (Colección "Nuevo Urbanismo").
- MALINOWSKI, B. 1962. Uma Teoria Científica da Cultura. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- MURARO, R.M. 1983. A Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil. (2ª ed.)Vozes, Petrópolis, 501 p.
- MURARO, R.M. 1993. A Mulher no Terceiro Milênio: Uma História da Mulher Através dos Tempos e suas Perspectivas para o Futuro. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, p. 205.
- ORTNER, S.B. 1979. Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? En: Rosaldo MZ, Lamphere L. (orgs.). A Mulher, a Cultura, a Sociedade. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- PAIM, H.H.S. 1998. Marcas no Corpo: Gravidez e Maternidade em Grupos Populares. En: Duarte LFD & Fachel Leal O. (orgs.) Doença, Sofrimento, Perturbação: Perspectivas Etnográficas. Fiocruz, Rio de Janeiro, 210 p.
- PERELMAN, C. 1996. Ética e Direito. Martins Fontes, São Paulo.
- POLLACK, R. 1997. O Corpo da Deusa: O Mito, na Cultura e nas Artes. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro.
- PORTO, D. 1998. Paixão: Um Recorte Antropológico. Brasília: Universidade de Brasília/Instituto de Humanidades/ Departamento de Antropologia; [Dissertação de graduação].
- PORTO, D. 2006. Bioética e qualidade de vida: as bases da pirâmide social no Brasil: um estudo sobre a qualidade de vida, qualidade de saúde e qualidade de atenção à saúde de mulheres negras no Distrito Federal. Universidade de Brasília: Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília. [Tese]. <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5677/1/2006-Dora%20de%20Oliveira%20e%20Silva%20Porto.pdf>
- ROSALDO, M.Z., LAMPHERE, L. 1979. Introdução. En: Rosaldo MZ, Lamphere L. (orgs.). A Mulher, a Cultura, a Sociedade. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- ROUSSEAU, J-J. 1980. O Direito do Mais Forte. En: O Contrato Social. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 183 p. (Coleção Universidade).
- SEGATTO, R.L. 2000. Notas de sala de aula em II Curso de Especialização Latu Sensu em Bioética. Universidade de Brasília/Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília.
- TEIXEIRA, A.L.M. Código Civil. São Paulo: Editora Rideel;1995.
- UNESCO. 2005. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília, Brasília, out. 2005, p. 07. 12p.
- VECCHIO, S. 1990. A Boa Esposa. In: Klapisch-Zuber C. (org.) História das Mulheres. Edições Enfrentamento, Porto.